UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Curso de Bacharelado em História

Trabalho de Conclusão de Curso

“Mãe Preta” deixou seu legado!

Uma breve análise sobre a trajetória social e caridosa de Luciana Lealdiana de Araújo no século XX.

Nathália Ketlen Dias Oliveira

Pelotas, 2019

Nathália Ketlen Dias Oliveira

“Mãe Preta” deixou seu legado!

Uma breve análise sobre a trajetória social e caridosa de Luciana Lealdiana de Araújo no século XX.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Jonas Moreira Vargas

Pelotas, 2019

Nathália Ketlen Dias Oliveira

“Mãe Preta” deixou seu legado!

Uma breve análise sobre a trajetória social e caridosa de Luciana Lealdiana de Araújo no século XX.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas

Data da Defesa: 20/12/2019

Banca examinadora:

.....

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (Orientador)

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

.....

Prof. Drª Cláudia Daiane Garcia Molet

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....

Prof. Drª Alessanda Gaparoto

Doutora em História Pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À dona Penha, dona Iracema e dona Maria. Negras e ancestrais que me deram ensinamentos valiosos, dando asas para voar com liberdade. Isso é por mim e por todas nós.

Oxalá quem guia!

Agradecimentos

À minha mãe, Penha Aparecida da Silva Oliveira, rainha, negra mais linda desse universo, a mais bela e gentil pessoa que existe. Você está em mim, assim como estou em você, te amo e você estará guardada pra sempre no meu coração.

Ao meu pai, Antonio Dias Oliveira. Homem de maior fibra não existe! Sua determinação, honestidade e bondade são lições que carrego pra vida. Sou a cópia fiel de sua personalidade, e disso tenho maior orgulho! Agradeço a cada dia por ter se curado do câncer, você é um guerreiro! Te amo. Obrigada por serem mais que pai e mãe, serem também meus amigos que acreditaram nos meus sonhos. Tudo que faço dedico a vocês, meus maiores amores e inspiração.

Aos meus irmãos, Luiz, Fábio, Letícia e Janaina, que mesmo longe mantemos uma relação de amor e afeto.

Aos(as) amigos(as) e todas as pessoas que estiveram presentes na minha vida desde o início da minha graduação, lá em Jaguarão. Àqueles que me deram amor, ombro e carinho nos dias e noites de choro, quando pensava em desistir. Cada palavra de: “Vá em frente”, surtiu efeito, estou aqui. Obrigada!

Ao meu orientador, Jonas Vargas, pela compreensão e espaço de fala. Agradeço imensamente por acreditar na minha proposta pesquisa e me incentivar a ir adiante. Obrigada por possibilitar que as minhas orientações de Trabalho de Conclusão de Curso fossem mais humanas e sensíveis.

Dona Maria, seus rezos e palavras me confortam. Obrigada por estar na minha vida desde que me entendo por gente, compartilhando sabedoria.

Dona Iracema, que hoje se encontra em *Aruanda* com meu pai *Oxalá*, lhe tenho amor. Sua presença faz falta no meu dia a dia. Ainda faço os banhos de ervas que a senhora me ensinou. A sua sabedoria ancestral me deixa mais forte. Obrigada pelos ensinamentos, sinto saudade.

Não desiste, negra, não desiste!

Não desiste negra, não desiste
Ainda que tente lhe calar
Por mais que queiram esconder
Corre em tuas veias força ioruba axé pra que possa prosseguir

Eles precisam saber que a mulher negra quer casa pra morar
Água pra beber, terra pra se alimentar
Que a mulher negra é ancestralidade de imbês e atabaques
Que ressondam os pés

Que a mulher negra tem suas convicções, suas imperfeições
Como qualquer outra mulher

vejo que todas nós
Negras meninas
Temos olhos de estrelas que por vezes se permitem constelar

O problema é que desde sempre nos tiraram a nobreza
Duvidaram das nossas ciências e quem antes atendia pelo pronome alteza
Hoje pra sobreviver lhe sobre o cargo de empregada da casa

É preciso lembrar de nossa raiz

semente negra de força matriz
Que brota em riste, mãos calejadas corpos marcados sim
Mas de quem ainda resiste
E não desiste negra, não desiste
Mantenha sua fé onde lhe couber

seja espírita
Budista do candomblé
É teu desejo de mudança
A magia que trás da tua dança que vai lhe manter de pé
É, você mulher negra, cujo tratamento majestade é digno
Livre que arma seus crespos contra o sistema
Livre pra andar na rua sem sofrer violência
E que se preciso for levanta a arma, mas antes
Antes luta com poema
E não desiste negra, não desiste
Ainda que tentem lhe oprimir
E acredite eles não vão parar tão cedo
Quanto mais você se omitir
Eles vão continuar a nossa história escrevendo
Quando olhar para suas irmãs veja que todas somos o início
Mulheres negras, desde o primórdio, desde os princípios
África mãe de todos, repare nos teus traços, indícios
É no teu colo onde tudo principia
Somos as herdeiras da mudança de um novo ciclo
É por isso que eu digo que eu não desisto, que não desisto
Que não desisto

Mel Duarte

Resumo

OLIVEIRA, Nathália Ketlen Dias. **“Mãe Preta” deixou seu legado!**: uma breve análise sobre a trajetória social e caridosa de Luciana Lealdina de Araújo. 2019. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Este Trabalho de Conclusão de Curso visa analisar a trajetória de Luciana Lealdina de Araújo, bem como suas ações sociais e caridosas dentro das cidades de Pelotas e Bagé no século XX. Luciana desenvolveu trabalhos que além de caridosos também eram sociais. Em 13 de Maio de 1901, Luciana funda o Instituto São Benedito, acolhendo meninas negras e carentes da cidade, proporcionando educação de base e acolhimento. É importante deixar estabelecida a ideia de que no início no século XX existiam poucas entidades/irmandades que acolhiam meninas negras. Entretanto, é significativa a presença de associações (como a Feliz Esperança, de Pelotas) que se preocupavam com a questão educacional como modo de inserção social dos negros (as) da cidade (LONER, 1999). A notoriedade de Luciana ultrapassa as ações caridosas e perpassa pelo reconhecimento das necessidades de negras e negros daquele período, fazendo com que essas ações sejam também obras sociais. A trajetória de Luciana de Araújo motiva pesquisas sobre mulheres negras que construíam redes de apoio mútuo. As inquietações sobre essa trajetória constroem um debate necessário dentro dos estudos do pós-abolição e traz a possibilidade de reconhecimento de uma personalidade até então pouco evidenciada na cidade de Pelotas e de Bagé. Ira-se investigar o percurso de Luciana dentro de um tempo em que a participação de indivíduos(as) negros(as) dentro da sociedade era restrita; deste modo, este estudo é um convite para pensar a relação de gênero e raça dentro de um período que pouco se falava sobre trajetórias negras e suas ações sociais e/ou caridosas.

Palavras-chave: trajetória; pós-abolição; caridade; ações sociais

Abstract

OLIVEIRA, Nathália Ketlen Dias. **“Mãe Preta” left her legacy**: a brief analysis of the social and charitable trajectory of Luciana Lealdina de Araújo in the twentieh century. 2019. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

This Undergraduate Thesis aims to analyze the trajectory of Luciana Lealdina de Araújo, as well as her social and charitable actions within the Brazilian cities of Pelotas and Bagé in the twentieth century. Luciana developed works that were not only charitable but also social. On May 13, 1901, Luciana founded the São Benedito Institute, welcoming black and underprivileged girls from the city, providing basic education and care. It is important to establish the idea that early in the twentieth century there were few entities/sororities that welcomed black girls. However, there is a significant presence of associations (such as Pelotas' Feliz Esperança) that were concerned with the educational issue as a way of social inclusion of the black people in the city (LONER, 1999). Luciana's notoriety goes beyond charitable actions and goes through the recognition of the needs of the black people of that period, making these actions also into social works. Luciana de Araújo's trajectory motivates research on black women who built mutual support networks. Concerns about this trajectory build a necessary debate within post-abolition studies and bring the possibility of recognizing a personality hitherto little evidenced in the cities of Pelotas and Bagé. We will investigate Luciana's path within a time when the participation of black individuals within society was restricted. Thus, this study is an invitation to think about the relation of gender and race within a period that little was said about black trajectories and their social and/or charitable actions.

Keywords: path; post-abolition; charity; social actions

Sumário

1 Introdução..... 10

2 Capítulo I..... 13

2.1. Revisitando o pós–abolição. “Dos nossos, para nós”. O associativismo negro como a gênese de uma luta 13

2.2. O associativismo negro enquanto rede de apoio: breve contextualização sobre as relações sociais de Luciana de Araújo na cidade de Pelotas 22

3 Capítulo II..... 32

3.1. Luciana Lealdina de Araújo: breve análise sobre as ações socias e caridosas de “Mãe preta, “Mãe Luciana” 32

3.2 Mãe Luciana em Bagé 40

Considerações Finais..... 45

Referências..... 49

1. Introdução

Desde o início da minha formação acadêmica os debates sobre questões raciais estiveram envolvidos em minha vida. O interesse em debater sobre racismo, protagonismo de indivíduos negros(as) dentro da sociedade vieram muito antes de entrar na academia. Começo minha escrita com um poema de uma poetisa periférica de São Paulo, local onde fui criada, chamada Mel Duarte. A poesia fala sobre não desistir, sobre a mulher negra não desistir e, além de tudo, fala sobre suas conquistas. Essas palavras são de grande significado, pois retratam a importância das mulheres negras se manterem fortes e ao mesmo tempo contarem com uma rede de apoio de todas aquelas que vieram antes de nós.

Pensar sobre as lutas das mulheres negras é também compreender os seus inúmeros espaços de atuação. A filósofa Djamila Ribeiro em seu livro *Quem tem medo do feminismo negro* reflete sobre a contribuição da pensadora negra Bell Hooks sobre a construção de uma rede entre mulheres negras capaz de questionar estruturas racistas e segregadoras. No livro a autora comenta:

> Foi também com Hooks que aprendi a compreender o papel fundamental da mulher negra na teoria feminista ao questionar o patriarcado racista. Ela ainda me ensinou a diferença entre identidade vitimada e resistência militante, mostrando o quanto as mulheres negras vêm historicamente entendendo a necessidade de construir rede de solidariedade política em vez de se fixar numa narrativa imutável de não transcendência. (RIBEIRO, 2018, p. 19)

Essa reflexão retrata a importância de compreendermos a luta das mulheres negras dentro da sociedade e dentro de espaços que lhe foram negados por muito tempo. Uma nova onda de escritas elaboradas por pensadoras negras abre o leque de possibilidades para que outras mulheres negras busquem refletir e escrever sobre si, ou sobre aquelas que às inspiram.

Procurei pautar minhas pesquisas sobre o protagonismo de mulheres negras com a intenção de ressaltar essas vidas, dando o devido espaço para que trajetórias e experiências fossem percebidas e respeitadas. Compreendo que exaltar essas vivencias contribui para uma nova perspectiva sobre quem foram essas mulheres, dando uma nova ótica sobre essas experiências que foram ofuscadas ao longo da historiografia, bem como desvalorizadas na sociedade.

Ao longo de minha trajetória acadêmica muitos foram os espaços que permitiram o crescimento por essa ânsia de pesquisar sobre a participação de indivíduos negros(as) na sociedade e foi no ano de 2018 que tive minha primeira bolsa de iniciação científica no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH), espaço idealizado pela falecida professora Beatriz Ana Loner[1]. A bolsa *"Afrodescendentes na região Sul: biografias, trajetórias associativas e familiares"* permitiu que eu tivesse acesso a pesquisas sobre trajetórias negras desde o início do século XIX e meados do século XX, pensando a participação de indivíduos negros dentro da sociedade e compreendendo a rede de apoio que existia dentro dos espaços associativistas. No mesmo ano conheci o Instituto São Benedito, espaço que abriga meninas das regiões periféricas de Pelotas e que lhes concede aulas regulares, atividades extracurriculares e alimentação integral. Considerado uma conquista para as pessoas negras da cidade, o Instituto São Benedito foi fundado oficialmente no dia 13 de maio de 1901 por Luciana Lealdina de Araújo (CALDEIRA, AMARAL, 2010).

Conhecida como "Mãe Preta", Luciana veio de Porto Alegre para Pelotas para cumprir uma promessa de fundar um espaço que abrigasse meninas carentes. A promessa havia sido feita a São Benedito para que a curasse de uma doença que a acometia. No artigo "*Instituto São Benedito: amparando e instruindo meninas carentes",* das pesquisadoras Jeane dos Santos Caldeira e Giana Lange do Amaral[2] é relatado:

> Luciana de Araújo era uma mulher dotada de bondade e extrema determinação, com vontade de praticar o bem e fazer caridade aos mais necessitados, principalmente às crianças abandonadas. Por motivo de doença, ela fez uma promessa a São Benedito: caso ficasse curada ajudaria a construir uma casa para abrigar meninas pobres, Luciana estava muito doente e desenganada pelos médicos. Logo após sua cura, ela resolve cumprir sua promessa (CALDEIRA, AMARAL, 2010, p. 113).

A notoriedade de Luciana ultrapassa as ações caridosas e perpassa pelo reconhecimento das necessidades das negras e negros recém-libertos daquele período, fazendo com que essas ações sejam também obras sociais, responsáveis pelos acolhimentos de dezenas de crianças negras e não negras que necessitavam de melhores condições de vida. Meu contato com o Instituto São Benedito trilhou caminhos para que Luciana Lealdina de Araújo surgisse em minhas pesquisas,

[1] Drª Profª Ana Beatriz Loner – Drª em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
[2] Jeane dos Santos Caldeira - Doutoranda em História da Educação na Universidade Federal de Pelotas
Giana Lange do Amara - Drª em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

desenvolvendo a necessidade de uma melhor compreensão da trajetória desta mulher negra, filha de negros escravizados, que nasce em Porto Alegre em 13 de junho de 1870, e se desloca para Pelotas com seus pais. As inquietações sobre esta mulher permitem construir um debate necessário para o campo acadêmico e traz a possibilidade de reconhecimento de uma personalidade importante para a cidade de Pelotas. A proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso é estabelecer um debate acerca da trajetória de Luciana de Araújo, como mulher negra envolvida em espaços dominados pela elite branca pelotense, discutindo sobre a rede que ela conseguiu estabelecer com outras pessoas negras – a maioria delas intelectuais negros e pessoas bem relacionadas na política da cidade –, levantando dados sobre a atuação na cidade de Bagé, local onde continuou suas ações até o ano de sua morte.

Investigarei o percurso de Luciana dentro de um tempo em que a participação de indivíduos negros(as) dentro da sociedade era restrita; bem como compreender as relações estabelecidas por ela com outros agentes negros da cidade para que suas ações sociais e caritativas fossem realizadas. Deste modo, este estudo é um convite para pensar a relação de gênero e raça dentro de um período em que pouco se falava de trajetórias negras e suas participações enquanto integrantes da sociedade.

2. Capítulo I

2.1. Revisitando o pós–abolição. “Dos nossos, para nós”. O associativismo negro como a gênese de uma luta.

O período do pós–abolição se desdobrou de muitas formas em diversas partes do país, e os resultados desse processo social sucedeu em variados tipos de organizações e resistências. A necessidade das negras e negros criarem espaços que pudessem protagonizar e expandir práticas sociais está dado antes mesmo do 13 de maio de 1888. O Pós – Abolição para a historiografia resultou em momentos de inúmeras modificações nas estruturas sociais, e por este motivo é considerável questionarmos sobre como se deu esse processo de criação de novas possibilidades para os negros ditos como “libertos”. Nos últimos anos, os estudos sobre o pós-abolição têm ganhado bastante espaço na historiografia brasileira, resultando em muitas coletâneas de textos, dossiês em periódicos acadêmicos e eventos especializados. [3] Nesse sentido, as pesquisas no pós-abolição compreendem esse evento para além de um marco cronológico, elas buscam desempenhar uma análise mais detalhada sobre a complexidade das vidas marcadas pelos estigmas decorrentes da escravidão. Além disso, este campo também procura compreender os novos locais sociais ocupados pelos mesmos, e através da experiência desses sujeitos, captar os significados conferidos à liberdade.

Existem debates dentro das escritas historiográficas que refletem sobre o modo que esse processo de emancipação foi retratado durante certo período. O sequestro dos povos negros do continente africano por muitas vezes foi exibido a partir de uma ótica daqueles que os sequestraram e os escravizaram e, no pós–abolição não foi diferente. Trago essa reflexão para podermos perceber a negligencia de uma história contada por aqueles que colonizaram e escravizaram. A intenção aqui não é estabelecer uma crítica sobre as produções já realizadas, mas

[3] Ver, por exemplo, ABREU et. Ali (2014), GOMES; DOMINGUES (2012), ROSA et. Ali. (2017)

sim, reportar novas perspectivas de escritas que trazem uma nova interpretação sobre esse momento histórico. Para tratar sobre a questão do negro (a) dentro do período de emancipação é necessário compreender os movimentos de organização que eram protagonizados por esses agentes, porém, esse entendimento será pautado depois de alguns processos, considerando a importância de estabelecer estudos sobre a participação de indivíduos considerados peças- chave para a reconstrução de como realmente se deu o processo e emancipação no Brasil. A historiadora Hebe Mattos apresenta:

> O campo aberto para os estudos do pós-abolição passou assim a incluir variáveis e preocupações múltiplas. O papel do estado, dos ex-senhores, as condições em que eram exercidas as atividades que empregavam os escravos às vésperas do fim da escravidão, a existência ou não das possibilidades alternativas de recrutamento de mão-de-obra (imigração) etc. Incluiu também a recontextualização de conceitos como cidadania e liberdade e seus possíveis significados para os diversos atores sociais (RIOS, MATTOS, 2004, p. 172).

Deste modo, a transição do Brasil escravagista para o Brasil pós-abolição é marcado por movimentos protagonizados por negras e negros que buscavam autonomia. Liberdade naquele momento significava inserir-se socialmente, ocupar espaços que lhe foram negados, reinventando uma nova forma de circularem pelas cidades sem serem oportunados pelas constantes perseguições. O pós-abolição se tornou um marco simbólico para o início da liberdade tão desejada pelos negros, havia um movimento intenso de interação entre negros letrados com aqueles que recém haviam conquistado a condição de libertos. Com isso, existiu a proliferação de espaços construídos por negros que buscavam proporcionar desde cultura, até espaços beneficentes, que pudessem acolher os mais necessitados, estabelecendo a união entre os mesmos (OLIVEIRA, 2011).

Trago um trecho do artigo produzido pelas professoras Lorena Gill[4] e Beatriz Ana Loner *Organização Negra em Pelotas: Características e evolução (1870-1950).*

> Trazido como escravo para esta região, o negro tendeu, para o final do período imperial, a agregar-se em entidades mutualistas, profissionais ou étnicas, que ainda não buscavam a construção de uma identidade étnica, mas sim auxiliar na inclusão social e amparar seus sócios (LONER, GILL, 2007, p. 1).

No Rio Grande do Sul, o campo das pesquisas acadêmicas tem crescido, enfatizado a importância de investigar o pós-abolição, problematizando distintos

[4] Drª Profª Lorena Gill – Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

aspectos socioculturais, como o associativismo negro, o carnaval e a música (SILVA, 2011, 2017; GILL, KOSCHIER, 2019; BOHRER, 2014), a intelectualidade negra (GOMES, 2018), os clubes negros de futebol (MACKEDANZ, 2016; SANTOS, 2018; AL-ALAM, 2019) , as famílias e a agência das mulheres negras (WEIMER, 2015; OLIVEIRA, 2017), os trabalhadores e operários negros (LONER, 2016), a defesa do acesso à educação (PERUSSATO,2018), entre outros. O estudo sobre clubes e associações negras no interior do Estado, bem como os mesmos buscavam exercer o protagonismo político baseado numa autovalorização sociocultural, igualmente tem recebido a atenção dos pesquisadores desta área (ESCOBAR, 2010), (GRIGIO, 2016), (ESCOBAR, MUNARETTO, AL-ALAM, 2018).

Neste sentido, uma das fontes documentais mais utilizadas para o estudo dos ideais defendidos por essas lideranças negras no pós-abolição é a chamada “imprensa negra”. Muito embora os jornais criados por essas pessoas negras alfabetizadas já tivessem atingido alguma importância no período monárquico, foi no pós-abolição que eles se tornaram mais difundidos. Os primeiros periódicos dessas imprensas negras, que se espalhariam pelo resto do país circularam nas primeiras décadas do Brasil Império. Esse tipo de comunicação buscava dialogar com os cidadãos negros, cativos e libertos, as notícias eram relacionadas à situação do negro e negra daquele século. Com escritas produzidas por redatores negros, as notícias que eram divulgadas descreviam com propriedade as dificuldades enfrentadas pela população negra, tornando-os protagonistas de sua própria realidade. Sem depender de um jornal escrito por pessoas brancas para que suas necessidades fossem denunciadas, o negro se tornou agente de suas próprias reivindicações (SILVA, 2018, p. 67).

Os jornais eram um grito que tinha um longo alcance. Por ser uma comunicação alternativa, que alcançava boa parcela do corpo social, estes periódicos tinham a capacidade de circular entre todas as classes sociais da comunidade negra, visto que era comum que os negros que tinham domínio da leitura e da escrita, compartilharem as notícias para aqueles não letrados. Foi no Rio de Janeiro, em 1830, que tivemos notícias dos primeiros periódicos da imprensa negra. Segundo Pinto (2006), o século XIX viu nascer os primeiros periódicos negros chamados *O Homem de Cor, o Brasileiro Pardo*, *O Cabrito, O Crioulinho* e *O Lafuerte,* todos oriundos da cidade do Rio de Janeiro, na data de 1833. A autora Ana

Flávia Magalhães, que se dedica aos estudos sobre imprensa negra, traz a seguinte reflexão sobre a necessidade de existir jornais racializados dentro de um tempo de tanta discrepância entre os direitos sociais da comunidade negra e não negra:

> Esses periódicos anunciaram, agora por intermédio das letras tipográficas, o protesto nego a serviço seus direitos – nesse caso, aqueles prometidos a todo cidadão. A marcha dos negócios públicos, apesar do avanço liberal, não garantia melhores condições à população negra livre, muito menos à liberta, quiçá, então, à escravizada (PINTO, 2006, p. 26).

A busca de construção de espaços elaborados por negros, e para negros, como os jornais, expressava uma busca de apresentar a interação dos indivíduos negros dentro de coletividades que abarcavam espaços de lazer, cultura e política, construindo uma nova imagem dos negros e das negras no período escravista e pós-abolição. Ressignificar a figura do povo negro era tão importante quanto inseri-lo na sociedade de forma digna, dando-o condições para que pudessem obter garantia de direitos sociais, cidadania e sobrevivência [5].

Geralmente vinculados a clubes, irmandades e associações negras, esses periódicos tiveram papel fundamental na sociedade ao problematizarem a condição do negro no Brasil, buscando superar as dificuldades sociais e raciais vividas, além da autodenominação feita por eles de se apresentarem enquanto pessoas negras.[6] O *Alvorada* foi o principal jornal negro da cidade de Pelotas, Juvenal Penny foi o seu proprietário desde a fundação, em 1907, até 1946, quando foi comprado por Rubens Limas, Carlos Torres e Armando Vargas, operando como donos até 1965, último ano de circulação do jornal. A imprensa negra circulou por outras cidades do Rio Grande do Sul além de Pelotas, como a cidade de Bagé, região fronteiriça bastante atuante nas questões raciais no século XX. Assim como Pelotas, a "Rainha da Fronteira" tem histórico de resistência nos espaços associativistas. Nas pesquisas feitas por Tiago Rosa da Silva[7], sobre os Clubes Carnavalescos de Bagé, o autor aponta para um jornal negro de grande circulação na Rainha da Fronteira, segundo ele:

> No ano de 1922, o jornal O *Palmeira* intitulava-se com um *órgão* do *Sport Clube de Palmeira* e do *Grêmio dramático Palmeira*, sendo o responsável

[5] Sobre a imprensa negra no período imperial ver PINTO (2006). Para uma avaliação na imprensa negra no pós-abolição ver BASTIDE (1983), CARVALHO (2009)

[6] A imprensada negra tem sido bastante estudada no Rio Grande do Sul. Além dos já citados trabalhos de SILVA (2011;2017) ver OLIVEIRA (2017ª), PERASSATTO (2018), ROSA (2014), ZUBARAN (2016), GILL, KOSCHIER (2019).

[7] Tiago Rosa da Silva – Mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas

> por divulgar as atividades desses dois grupos, bem como outras atividades sociais das comunidades negras de Bagé. O *Palmeira* também mantinha relações com outros jornais da imprensa negra do Estado gaúcho, como, por exemplo, no ano de 1922 o mesmo noticiou ter recebido os periódicos *A Penna*, *A Tesoura*, *O Guarany* e o *Espião*, de Bagé, bem como *A Liberdade*, De Porto Alegre, *O Succo*, de Santa Maria, *A Alvorada*, de Pelotas e *O Incentivo*, da cidade de Uruguaiana (SILVA, 2018, p. 80).

A formação de espaços entidades mutualistas/clubes associativistas é uma característica bastante interessante na cidade de Pelotas, assim como na cidade de Bagé. A partir dessas ações foi possível que a inserção de negros e negras na sociedade fosse promovida. Esse evento não era fator exclusivo das cidades do Rio Grande do Sul, existem estudos que analisam a formação de espaços associativistas espalhados por outros estados do país. Ao que tudo indica, era um movimento que tomava grandes proporções e tinham caraterísticas semelhantes sobre a forma de gerir estes espaços. Na cidade de São Paulo haviam espaços recreativos que procuravam estabelecer atividades de lazer, criando os primeiros clubes carnavalescos que promoviam a interação entre as comunidades negras da época. A autora Olga Rodrigues de Moraes Von Sinsom (2007) relata que a criação destes espaços estava associada a praticas exercidas pelas Irmandades negras, como forma de adoração aos santos de sua crença, como o São Benedito, por exemplo. (VON SINSOM, 2007, p. 115-116).

Contextualizando a região meridional do Brasil, o autor Petrônio Domingues analisa o cenário do Estado de Santa Catarina. Lá foi possível notar a criação de “sociedades dançantes e beneficentes” que, com a abolição dos cativeiros tiveram uma remodelação, possuindo um novo caráter (DOMINGUES, 2011, p. 120). Diferente do que aconteceu em Pelotas, essas instituições em Santa Catarina não permaneceram ativas, as estruturas socioeconômicas não eram favoráveis para os integrantes negros da sociedade. Baseados nos estudos de Fernando Henrique Cardoso e Otavio Ianni, Domingues revela que os autores, estudando o contexto do pós-abolição em Santa Carina, analisaram a forma em que os negros estabeleciam conexões sociais entre eles, criando grupos de relações mútuas. Para os sociólogos, este comportamento estava diretamente associado a um “processo de embranquecimento”, ou seja, os negros reproduziam comportamentos sociais dos brancos para que pudessem usufruir de espaços e oportunidades dentro da

sociedade[8]. Esse pensamento sobre como os negros e negras se relacionavam, atribuindo uma visão de incapacidade de formarem agencias dessemelhante dos grupos brancos, é um posicionamento discutível e aberto à questionamentos. Petrônio Domingues rebate, apontando para a seguinte inquietação:

> ...Ora, por pensar que esses padrões de comportamento social, político, cultural e moral eram prerrogativas exclusivas dos brancos? Estratos da população negra também podia comportar-se como quaisquer outros cidadãos, investindo nas regras de boas maneiras, nos laços de família e nos símbolos de distinção social, sem necessariamente terem que abdicar de sua consciência racial (DOMINGUES, 2011, p. 123)

Ao analisar a trajetória de negros e negras recém-libertos(as) no período do pós-abolição, é preciso observar suas exigências e sua própria compreensão enquanto indivíduos que lutavam e almejavam uma melhor condição de vida pra eles e para seus descendentes. A ideia de se estabilizarem dentro da sociedade, estabelecendo práticas que poderiam soar como “reproduções” dos comportamentos dos não negros, nada mais era a luta por manterem espaços tão genuínos quanto os construídos pelos senhores que os mantinham sob dominação. A formulação de entidades que debatiam questões raciais, incluindo o fomento da política, recreação, educação e cultura, representava uma prática que renderia frutos para as próximas gerações de negros libertos, proporcionando oportunidades que seus antepassados não obtiveram. De fato, era uma rede que se dispunha em estabelecer uma melhor qualidade de vida social e econômica, tanto para os que erguiam estes espaços, quanto para aqueles que os manteriam ativos posteriormente.

Segundo os estudos realizados pelas historiadoras Beatriz Ana Loner e Lorena Gill, o século XX foi o momento de maior expansão e criação de espaços associativistas em Pelotas, exclusivamente. Segundo as autoras, as redes criadas pelos negros auxiliavam nas relações sociais de compadrio, oportunidades de emprego e também estabelecia relações de afeto entre os negros e negras deste grupo. Além das relações financeiras e sociais, os negros (as) deste período se preocupavam com questões educacionais para os seus filhos, com criações de instituições como a *Feliz Esperança*, que concedia aulas públicas nos turnos da noite. (LONER, GILL, 2007). Esses dados contribuem para a historiografia, reforçando a ideia de que os indivíduos negros tinham uma consciência racial sobre

[8] CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Otavio. In: DOMINGUES, P. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, 2011, p. 226.

quem eram e, principalmente sobre suas ações enquanto pessoas que precisavam conquistar respeito e visibilidade dentro da cidade de Pelotas.

Os movimentos protagonizados por pessoas de cor é um evento que acontece desde o período Imperial, caminhando lado a lado com o movimento abolicionista, como foi o caso do *Centro Ethiópico*, a *Fraternidade Artística, de artesãos negros*, e as entidades católicas como a *Irmandade Santíssima do Rosário*, ambos criados aproximadamente em 1870 (LONER, GILL, 2007). As articulações negras se prolongaram exercendo atividades para que suas ambições fossem conquistadas. No período republicano houve uma considerável efervescência nos movimentos políticos; a luta pela participação de membros de pele negra dentro da câmara dos deputados foi de grande importância para que o cenário político da cidade Pelotas tivesse protagonismos de homens que não fossem brancos, majoritariamente. Mesmo com a disputa direta por esses espaços, os homens negros da política pelotense não deixavam de estabelecer relações com seus pares, construindo elos de parceria, favorecendo a sua própria raça.

Apesar das forças mutualistas de caráter político e educacional terem tido bastante força no final dos anos oitocentos e início dos anos novecentos, esses movimentos entram em declínio nos primeiros anos do século XX. No início deste século, a criação de entidades recreativas voltadas ao lazer e a cultura tiveram maior espaço dentro de Pelotas. Trago esses relatos, pois, considero um período marcante para o desenvolvimento do associativismo negro dentro da cidade, mesmo que, anterior ao século XX e do pós-abolição, já havia um desenvolvimento significativo de organizações negras. Houve casos de entidades tradicionais mutualistas se tornarem sociedades recreativas, como foi o caso da *Feliz Esperança*, que posteriormente se tornou o clube Carnavalesco *Chove Não Molha* (LONER, GILL, 2007) Dentro das organizações que considero significativas para a constituição de espaços de interação social, vale ressaltar principalmente o jornal negro *A Alvorada.* O jornal de longa circulação dentro da cidade foi um marco para a propagação de informações sobre questões raciais e operárias. O *Alvorada* costumava se pronunciar diante de casos de racismo e desigualdades, tal como informava a população negra operária. Era considerado um jornal classista e foi fundado por José Penny e redigido por Rodolfo Chavier, dois intelectuais negros

importantes da época, teve sua data de início em 1907 e seu fim em meados de 1960.

Outro movimento importante a ser analisado no período do pós-abolição em Pelotas foi a criação da *Frente Negra Pelotense*. Inspirado na Frente Negra do Estado de São Paulo, o movimento debatia vigorosamente questões raciais na cidade e apontava casos de racismo e desigualdade social do qual as negras e negros sofriam naquele momento. Mesmo tendo pouco tempo de durabilidade (de 1933 – 1935), a *Frente Negra Pelotense* foi local para grandes debates sobre a resistência social e política do negro. Entre tantos outros espaços construídos por pessoas negras em Pelotas, alguns deles se fazem necessários ser destacados, como é o caso dos clubes negros. Todavia, não me atentarei a esses espaços, logo, as informações aqui colocadas serão sobrevoos de estudos já realizados a respeito desses clubes.

A historiadora Fernanda Oliveira analisou em sua dissertação de mestrado cinco clubes negros de Pelotas. Apresentá-los-ei em ordem cronológica, atribuindo os principais aspectos, apontando as interações sociais existentes entre eles. O *Depois da Chuva*, criado em 19 de fevereiro de 1916; o *Chove Não Molha*, fundado em 29 de fevereiro de 1919; *Fica ahí P'ra ir Dizendo*, de 27 de janeiro de 1921; o *Quem Ri de Nós Tem Paixão*, de 1921 e o *Está Tudo Certo*, de 1931. Nestes clubes era de praxe a existência de um regimento interno, composto por normas e exigências, com todas as suas atividades sendo registradas em atas.

O clube *Depois da Chuva* dialogava com clubes esportivos, como o *União Democrática* e *Vencedor.* As realizações de suas primeiras atividades aconteciam nas acomodações da *Associação Beneficente Feliz Esperança.* O clube só deixaria o prédio da associação, tendo sua própria sede em 1929, na Rua 16 de julho, porém, não existe documentação suficiente que aponte para o modo no qual a sede foi construída, se era paga por meio de locação de suas dependências, ou se foi construída através da ajuda de colegas e companheiros, num esquema de mutirão. (LONER, GILL, 2009). Os registros apontam que o clube *Chove Não Molha* tinha um caráter mais popular, recebendo pessoas das camadas mais baixas da cidade.

No clube *Chove Não Molha* destaco especialmente a presença feminina neste espaço. As fontes analisadas pela historiadora Fernanda Oliveira[9] nos mostra que existiu um bloco chamado *Bloco das Borboletas*, que foi criado em alusão ao símbolo do clube e assinado pelas suas sócias, fato verificado a partir das atas do clube. Mesmo com sua grande participação de mulheres, o clube constava com direção masculina, da qual dava o aval para as demais atividades do clube. Além das atividades festivo-recreativas que o clube organizava para os seus sócios, ele também alugava sua sede para outros clubes fazerem suas festas, visto que existem informações sobre festas realizadas pela *Sociedade recreativa dos Democráticos, no ano de* 1934 (OLIVEIRA, 2011). Era comum por parte de algumas associações haver distinção de cor para com aqueles que se associavam, visto que, naquele período, a cor da pele ainda era vista como um marcador social, por isso, alguns espaços ainda se atinham a cor de seus sócios, restringindo ou aceitando pessoas de determinado tom de pele. Em referência ao *Chove não Molha*, através de pesquisas realizadas pelas professoras Loner e Gill, (2009), o clube estabelecia esse critério de distinção de cor, não aceitando associados de pele mais retinta. Além deste critério, essa entidade constava com uma organização mais consolidada, pois, no mesmo ano de seu surgimento o clube já constava com um bloco, chamado *24 de Fevereiro*; este fato demostra uma condição financeira mais estável, com o quadro de participantes composto por presidente, orador, tesoureiro e pessoas responsáveis pela organização do ambiente.

Os relatos aqui sobre o clube *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo* serão breves. Sua interação com os demais grupos parecia ser pouca. As únicas interações que apareceram nas atas do clube foram com o *Grupo Carnavalesco 24 de Junho,* o *Bloco dos Confeiteiros,* e a *sociedade Recreativa Futurista.* Ao contrário do clube *Chove Não Molha*, o *Fica Ahí* não alugava suas dependências para que acontecessem festividades de outros clubes ou instituições (LONER, 2008).

Os dois últimos clubes a serem abordados serão o *Está Tudo Certo* e o *Quem Ri de Nós Tem Paixão*, ambos fundados a partir da iniciativa de seus sócios. O *Está Tudo Certo* contava com o bloco carnavalesco *As Filhas do Certo*, constituído por moças, em aproximadamente 1933; *As Melindrosas do Certo*, e o bloco das

[9] Drª Profª Fernanda Oliveira da Silva – Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Malandras, ambos de 1934. O segundo clube, *Quem Ri de Nós Tem Paixão*, manteve relações de sociabilidade com a *Liga de Futebol Independente José do Patrocínio* e o grupo *Carnavalesco 24 de Junho*. Há documentos de 1934 que mostram esse clube dialogando com os outros clubes negros, como o *Depois da Chuva*, e realizando algumas festas em parceria com o *Chove Não Molha* e o *Fica Ahí P'ra ir Dizendo* (OLIVEIRA, 2011).

Os relatos aqui apresentados oportunizam uma reflexão sobre como se desenvolveu as relações associativas que existiam dentro da cidade de Pelotas. A existência de espaços recreativos ou de cunho político trazia à possibilidade de esses cidadãos negros desconstruírem a imagem estigmatizada de "raça inferior". Compreender a necessidade desses indivíduos de criarem espaços para os seus pares, é compreender também as dores causadas pelo drama de viver em uma sociedade que roubava suas oportunidades e limitava seus passos.

A liberdade era apenas uma gota dentro do mar de conquistas que os negros e negras do pós-abolição almejavam. A sua labuta era por sobrevivência diária, por serem reconhecidos enquanto agente protagonizadores de sua própria existência, por não serem mais açoitados apenas por existirem. Em tempos de retrocessos políticos e perversidade social, a luta pela vida da população negra continua atual e necessária. Ela, (a luta), é feminina e nunca irá morrer. O poeta um dia escreveu:

> Por menos que conte a história
> Não te esqueço meu povo
> Se Palmares não vive mais
> Faremos Palmares de novo!
>
> José Carlos Limeira.

2.2. O associativismo negro enquanto rede de apoio: breve contextualização sobre as relações sociais de Luciana de Araújo na cidade de Pelotas.

A idealização do Instituto São Benedito foi um marco para a sociedade negra pelotense. No processo de emancipação da comunidade negra, Pelotas passou por um processo de modernização e expansão, consequentemente, a questão da urbanização se tornou uma problemática social. Na perspectiva de que os ex-escravizados foram jogados à própria sorte pelos cantos da cidade, a sua infraestrutura acabou sendo afetada, não conseguindo comportar tantas pessoas

desabrigadas. Aqueles negros e negras que não permaneceram com trabalho informal na casa dos seus senhores, acabaram habitando as calçadas de Pelotas, pedindo esmolas ou dependo de pequenas atividades que rendiam pouquíssimo dinheiro. Essa é umas das maiores críticas estabelecidas dentro dos estudos do pós-abolição; o negro agora era “liberto”, mas essa liberdade estava condicionada à miséria, afinal, a população negra ficou completamente desampara, jogados nas sarjetas, sem qualquer tipo de suporte social que pudesse lhes prestar assistência. Educação, moradia e as mínimas condições de sobrevivência digna para crianças, mulheres e homens negros não eram preocupações dos dirigentes da cidade de Província. Eram poucos os locais que prestavam assistência aos negros desvalidos da região, diferentemente do que acontecia com crianças não negras, que podiam contar com espaços que pudessem abriga-las, como é o caso do Orfanato Nossa Senhora da Conceição, vinculado à Santa Casa de Misericórdia (EICHOLZ, 2007).

Mediante desta necessidade é fundado o Asilo de Órfãs São Benedito, hoje nomeado como Instituto São Benedito, situado na Rua Félix da Cunha, região central da cidade de Pelotas. A inciativa da criação do Asilo foi proporcionada por Luciana Lealdina de Araújo, nascida em Porto Alegre no dia 13 de junho de 1870. Mulher negra, filha de pais escravizados, dos quais temos pouquíssimas informações, Luciana funda o Instituto impulsionada por uma promessa feita por ela. Nesta parte do capítulo não examinarei com muito afinco a vida e trajetória de Luciana, visto que escreverei parte de um capítulo voltado a essa discussão. Tendo a sua fundação datada no dia 13 de maio de 1901 (mesmo mês e dia da abolição da escravatura), essa entidade buscava acolher meninas carentes que viviam abandonadas na cidade. Por meio de jornais, periódicos e relatos orais percebemos que as honrarias pela criação do Asilo são dadas à Luciana. As notícias dos jornais da época à caracterizava como mulher benevolente e provida de boa vontade. Nos estudos realizados pela pesquisadora Jeane dos Santos Caldeira em sua dissertação de mestrado sobre o Asilo de Órfãs São Benedito, a autora apresenta:

> É importante salientar que expressões como: gentil, bondosa e de extrema determinação eram qualidade comumente encontradas nas páginas dos jornais pelotenses ao se referirem à Luciana. Os muitos elogios destacados nessas fontes colaboram para a formação de representações em torno dessa personagem (CALDEIRA, 2014, p. 114).

Por compreender a figura de Luciana de Araújo dentro deste período, e principalmente dento dos espaços que ela circulava, rodeada por homens com situação financeira e educacional mais elevada, considero importante indagar o modo em que essa mulher negra era retratada. A intenção não é descaracterizar as produções já realizadas sobre Luciana, mas sim, retomar o modo que sua imagem foi construída, atribuindo qualidades sociais que fogem de adjetivos como caridosa, bondosa e negra esforçada. Presumo que as alianças conquistadas por Luciana que aqui apresentarei, foram frutos de trabalho, noção de pertencimento à comunidade negra e percepção da realidade desumana na qual ela vivia. O pouco tempo em que Luciana esteve em Pelotas já é o suficiente para averiguar que esta estabeleceu contatos com negros bem posicionados socialmente na cidade. O Asilo para meninas só conseguiu obter estabilidade por conta da união e trocas sociais existentes dentro desse grupo.

Comumente, as relações de parceria entre a comunidade negra no pós-abolição eram dadas a partir das necessidades que cada um deles apresentava. As redes associativistas são presentes antes mesmo da sociedade emancipada. Fora de Pelotas, acontecia o mesmo esquema de compadrios pactuado por africanos libertos, como é o caso de duas africanas livres moradores da cidade de Recife nos anos oitocentos. Mesmo que ambas não se conhecessem, as suas trajetórias eram semelhantes no que diz respeito à rede construída por elas com outros negros, forros ou cativos. Mônica da Costa Ferreira e Tereza de Jesus e Sousa eram negras livres e portadoras de boa quantia de réis, o suficiente para que pudessem apadrinhar negros cativos, concedendo-lhes a oportunidade de se inserir socialmente (COSTA, 2012). A autora Valéria Gomes Costa, refletindo sobre o elo estabelecido pela comunidade negra, aponta:

> Essas duas mulheres passaram pelas experiências da escravidão e da liberdade: conquistaram a alforria, construíram famílias, teceram redes de solidariedade – dentro e fora do cativeiro -, de negócios, fizeram fortuna. Os trajetos de cada uma delas se entrecruzaram nas malhas urbanas da cidade, e suas vidas fazem parte de uma trajetória coletiva reveladora da formação de redes sociais tecidas por africanos (as) e crioulos (as) libertos (as) no Recife oitocentista (COSTA, 2013, p. 98).

A documentação analisada pela autora mostra que Mônica possuía imóvel na cidade de Recife, na Rua Freguesia de Santo Antônio, local que estava situado a Irmandade de *São Benedito*, entidade da qual Mônica participava e que construía

boa parte das relações que a mesma considerava importante para a manutenção do status social que obtinha.

A africana Tereza era casada, sem filhos naturais e dona alguma riqueza. Isso permitia que ela apadrinhasse alguns negros (as), criando uma família que futuramente a ajudaria em seus negócios, tornando-os a sua própria rede de apoio. A autora nos apresenta:

> Logo, esses laços de parentesco ampliado eram, em particular, características das reestruturações familiares dos africanos libertos. Muitas vezes refletiam a continuidade das experiências de cativeiro ou eram produzidos com as novas redes tecidas na liberdade (COSTA, 2012, p. 103).

Esses dois casos apresentados possibilitam ampliar os horizontes sobre como se davam essas trocas sociais. Algumas investigações dentro da historiografia persistem em analisar os acontecimentos em blocos, deixando de verificar detalhadamente cada caso, cada trajetória. Aqui podemos perceber como o estreitamento dos laços entre os negros era uma tática social, familiar e política. O mesmo aconteceu com Luciana de Araújo na fundação do Asilo S. Benedito. No que diz respeito à fundação das Irmandades das quais os irmãos negros se organizam, é possível verificar um movimento amplo em várias partes do Brasil nos séculos XVIII e XIX. Encontramos relatos que a devoção a santos negros da Igreja Católica existe antes mesmo do século XVIII (KARASH, 2014). Existem hipóteses que dialogam com a possibilidade de os africanos cultuarem santos católicos pela proximidade de seus costumes religiosos praticados ainda em África. Uso como exemplo a devoção à Nossa Senhora do Rosário. Mary Karasch em um estudo sobre as negras nas Irmandades dos pretos na cidade de Goiás revela:

> Na cidade de Goiás, onde viveram tantos angolanos no final do período colonial, os provenientes dessa colônia portuguesa já podiam estar familiarizados com a devoção a Nossa Senhora do Rosário em sua terra natal. Em outros lugares do Brasil, muitos africanos tinham proximidade com o rosário: usavam-no no pescoço e o rezavam em sua língua. Como informou um viajante britânico, no Brasil os negros gostavam das contas do rosário porque elas “pareciam despertar a sensação de estar em pátria”. Muitos também consideravam o rosário como um talismã contra o mal, como as “balas da artilharia” (KARASCH, 2012, p. 52).

As práticas religiosas dos negros(as) desse período exemplifica a diversidade de casos e situações que existiam no Brasil antes mesmo do pós-abolição. A multiplicidade comportamental entre esses indivíduos desmistifica a ideia engessada

de que cativos e forros resistiam às adaptações ou mudanças do seu estilo de vida antes de diáspora. Apesar de “se adaptar” soar como possível passividade, a atitude dos africanos raptados de suas terras de se ajustarem aos costumes do novo país que agora habitavam, significava luta por sobrevivência e continuação de suas vidas. Também há casos de africanos já terem tido contato com a religião católica por conta de regiões já colonizadas no continente africano antes mesmo de virem pro Brasil, onde se encontravam na condição de escravizados.

Isso explica a adoração pelo santo padroeiro dos negros, São Benedito, mesmo santo que Luciana era devota. São Benedito foi um dos santos mais populares entre a comunidade negra no Brasil; sua história conta que ele foi cozinheiro num mosteiro na Sicília, se tornando protetor daqueles que trabalhavam na cozinha, como a maioria das mulheres negras da época. Isso mostra que a afeição por esses santos era uma questão de proximidade por sua cor de pele, ou qualquer outro fator que deixassem os negros amparados religiosamente já que, o culto à suas práticas ancestrais eram proibidas no Brasil (KARASCH, 2014).

Uma vez colocada as averiguações sobre as relações comunitárias, sociais e religiosas de outras regiões do Brasil no período escravagista e pós-abolição, retorno para a cidade de Pelotas e aponto para os sujeitos que contribuíram para a fundação do *Asilo de Órfãs São Benedito*, proporcionando um debate de como Luciana Lealdina de Araújo conseguiu reconhecimento dentro de uma sociedade tomada pela figura masculina. As fontes verificadas para essa parte do estudo foram as atas do Instituto, de 1902. As informações concebidas foram de que Luciana seria uma “colaboradora”, não ocupando nenhum cargo presidencial ou, um cargo de maior grau dentro da instituição. Esta ata hoje se encontra sob os cuidados da Bibliotheca Pública Pelotense, local do qual passei boa parte da pesquisa coletando informações sobre o Instituto em Jornais, atas e periódicos. Trago nomes de alguns homens e mulheres negras(os) influentes da Pelotas novecentista. Homens que foram percussores de importantes instituições negras, principais espaços para os debates sobre as questões negras da população. Pressuponho que a parceria desses grupos foi importantíssima para a realização de propostas pertinentes ao momento que Pelotas vivia.

Os primeiros personagens que apresento neste momento são os membros da família Silva Santos. Pesquisada inicialmente pela pesquisadora Beatriz Ana Loner, professora que atribuo grande reconhecimento, pois, através de suas inúmeras pesquisas sobre os agentes negros em Pelotas, foi possível compreender pouco mais a riqueza dessas entidades, bem como trajetória de vida de cada uma dessas pessoas, repleta de embates, resistência e pioneirismo. É indispensável discorrer sobre a família Silva Santos nessa pesquisa, afinal, é a primeira família negra de Rio Grande/Pelotas que obteve prestígio social e se manteve ativa na política até meados do século XX, contribuindo para conquistas sociais do povo negro.

Manoel da Conceição da Silva Santos é o primeiro membro a ser retratado sobre a família Silva Santos. Nascido em meados de 1831, Manoel era filho de africanos com os nomes de José e Rosa. Sobre o casal, pouco temos informações, apenas que não tiveram outros filhos além de Manoel. Loner averiguou em suas pesquisas que Manoel exerceu a atividade de carpinteiro em aproximadamente 1870, trabalhou tempo o suficiente para acumular riqueza e investir na compra de casas e terrenos. Era um homem bastante religioso, dedicou bom tempo de sua vida à participação da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, da qual constava seu nome na diretoria da entidade. Além de estar envolvido nas Irmandades, Manoel era militante pelo *Partido Liberal* do mesmo modo que lutava pelas causas abolicionistas, sendo sócio e proprietário do Jornal *A Voz do Escravo* (do qual fazia denúncias contra a desigualdade racial), e fundador do *Clube Abolicionista*. Envolveu-se com a *Sociedade Fraternalista Artística* e *Harmonia dos Artistas*, entidades aqui já citadas (LONER, 2013).

No que diz respeito à participação da família Silva Santos no *Asilo de Órfãs São Benedito*, destacam-se: José, João Vicente e Maria Salomé, todos com participação ativa no *Asilo de Órfãs São Benedito*, filhos de Manoel da Conceição. Maria Salomé era musicista excepcional, sendo a primeira mulher negra a tocar na igreja catedral da cidade. A família Silva Santos teve grande importância na fundação do Instituto São Benedito, alguns de seus membros tiveram envolvimentos com outros movimentos raciais da cidade, contribuindo para que o Asilo tivesse sucesso em sua fundação. Além da família Silva Santos, outros membros negros da luta racial se incorporaram na criação deste espaço. Quanto aos membros da Família, trago aqui alguns nomes que constam nas atas de 1902 do Asilo. José da

Silva Santos foi o primeiro presidente do Asilo de que temos relatos, mesmo que o Asilo tenha sido fundado em 13 de maio de 1901, porém não foi encontrada nenhuma ata desse ano. O irmão de José, João Vicente da Silva Santos, também era membro do Asilo, atuando como mordomo e auxiliando na criação do primeiro Estatuto da instituição, juntamente com seu irmão, José. Ao que se referia aos cuidados das crianças que o Asilo acolhia, foram responsáveis Alayde da Silva Santos (esposa de José) e Maria Salomé (irmã), constando como zeladora no Estatuto (CALDEIRA, 2014).

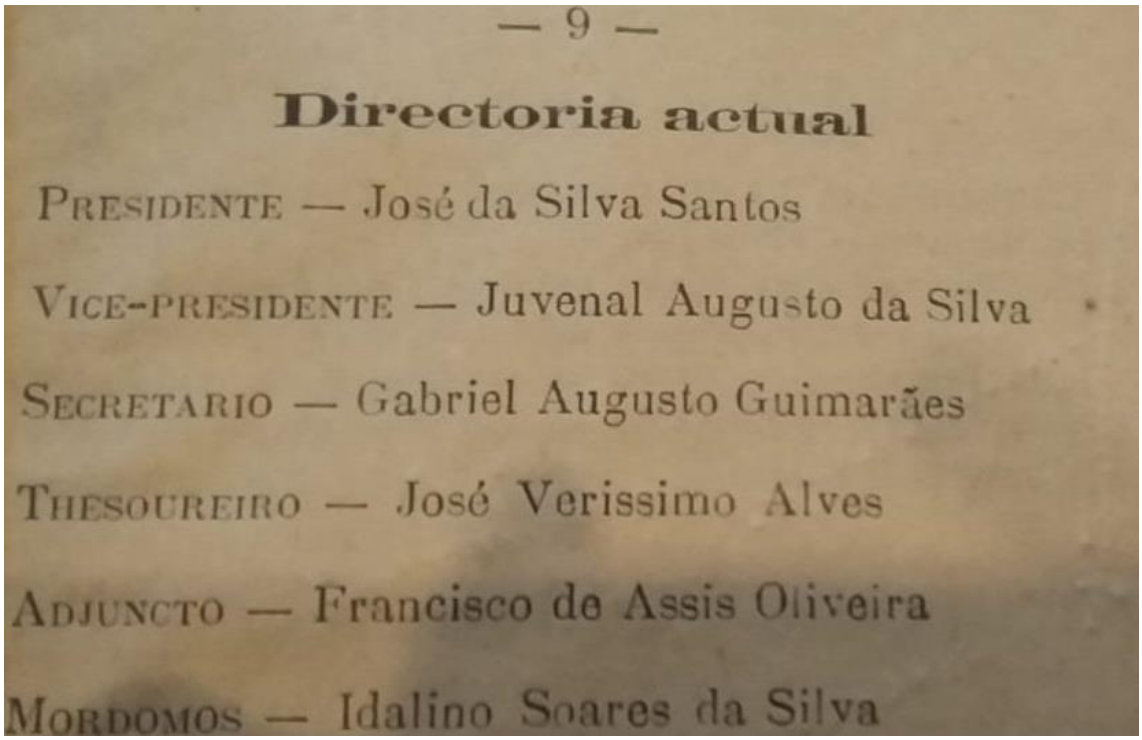
Através das pesquisas proporcionadas pela historiadora Fernanda Oliveira em sua tese de mestrado na qual analisa as associações e entidades negras em Pelotas nos séculos XIX e XX, foi possível trazer outros dois nomes de membros da sociedade negra que colaboraram para a fundação do Asilo S. Benedito: Antonio Baobad e Durval Penny (OLIVEIRA, 2011). Loner (2001) e Santos (2003) relatam que seus nomes não constavam nas atas do Asilo, porém, esse dado foi encontrado mediante a leitura das biografias escritas por Rodolfo Xavier, um dos fundadores da instituição e do jornal "*A Alvorada",* mesmo jornal onde foram publicadas as biografias.

Um dos primeiros diretores do *Asilo São Benedito*, Antonio Baobad, é uma das figuras mais importantes na configuração das redes associativistas que foram tecidas ao longo da história negra pelotense. Este dado não tira a honraria dos demais membros que contribuíram para o desenvolvimento da luta negra em Pelotas, apenas parto do princípio que Baobad é comumente encontrado nos estudos de Oliveira (2011) e Loner (2005) que dedicou a escrita de um artigo inteiro intitulado *"Antonio: de Oliveira a Baobad"* sobre sua trajetória, analisando sua história na condição de negro cativo que conquista sua alforria e, com um ato de liberdade maior, troca seu nome de antigo escravizado (nome de seus donos) e concede-se um nome próprio, sem deixar qualquer vestígio sobre seu passado enquanto prisioneiro. Caldeira (2014) a partir do pensamento de Phillip Ariès (1981) contribui:

> O nome pertence ao mundo da fantasia, enquanto o sobrenome pertence ao mundo da tradição", naquele período, muitas vezes carregar o nome do antigo dono era um estigma para o ex-escravo, o que acaba sendo compreensível, pois carregar o sobrenome muitas vezes de famílias tradicionais, proprietários de escravos, traziam à tona lembranças de uma vida sofrida (CALDEIRA, 2014, p. 122).

Além de Antonio Bobad e Xavier, outros dois nomes constam na direção do Asilo sendo eles Juvenal e Durval Morena Penny. Estes, além de parceiros nas empreitadas no Asilo S. Benedito, foram os principais responsáveis pelo jornal *A Alvorada.*

Coloco a seguir uma foto das atas encontradas nas idas à Bibliotheca Pública no período de consulta às minhas fontes. Na foto consta a relação dos primeiros presidentes do *Asilo de Órfãs São Benedito*:


— 9 —

Directoria actual

PRESIDENTE — José da Silva Santos

VICE-PRESIDENTE — Juvenal Augusto da Silva

SECRETARIO — Gabriel Augusto Guimarães

THESOUREIRO — José Verissimo Alves

ADJUNCTO — Francisco de Assis Oliveira

MORDOMOS — Idalino Soares da Silva

Figura 1 - Atas do Asilo São Benedito de 1902

Fonte: Bibliotheca Pública Pelotense

Com essas informações podemos remontar quem foram os homens e mulheres envolvidos na fundação do *Asilo de Órfãs São Benedito*, apoiando Luciana de Araújo. Através destes estudos é possível compreender que as relações elaboradas por essas pessoas foram construídas pelos inúmeros territórios em comum que frequentavam, como as irmandades, igrejas e espaços políticos. Mencionar todos esses colaboradores, sendo eles majoritariamente homens, se faz necessário para a visualização do contexto social em que Luciana estava inserida. A partir disso, podemos discutir sobre o modo como se desenrolou a dinâmica de uma mulher negra ser reconhecida em um espaço dominado por homens negros (de influência política e estabilidade econômica) analisando as circunstâncias da época.

Para isso, uso um trecho da dissertação de mestrado da pesquisadora Jeane Caldeira:

> Apesar de muitos elegerem Luciana Lealdina de Araújo como primeira e quem sabe, a única fundadora, em tempos tão difíceis, com tanta discriminação racial, social e dificuldade econômica, é difícil imaginar que uma mulher negra e pobre tenha fundado sozinha uma instituição que está ainda hoje em plena atividade, trabalhando em prol das crianças das classes menos favorecidas (CALDEIRA, 2014, p. 120).

Nas fontes que investiguei, bem com as leituras realizadas para a escrita deste trabalho, pude perceber o modo como Luciana era retratada tantos nos jornais e nos periódicos, quanto nos estudos já estabelecidos sobre sua trajetória. A personagem é constantemente apresentada com adjetivos chave tais quais: benevolente, caridosa, cheia de boa vontade, religiosa. A citação acima questiona o fato de Luciana ter fundado o Asilo São Benedito sozinha, o que de fato não aconteceu, como podemos notar através das fontes. Entretanto, o caso de seu nome não estar ligado diretamente à diretoria do Asilo não necessariamente mostre que a mesma não obtinha o mesmo grau de importância, ou influência dentro do espaço. O questionamento sobre o seu desempenho enquanto mulher negra oportuniza um debate necessário sobre gênero no pós-abolição. A presença e, principalmente, a liderança dessas mulheres negras antes e depois do período escravista é um fenômeno que ocorreu em alguns lugares do Brasil. Para contextualizar esse evento, trago uma consideração pertinente de Eduardo França Paiva:

> Pretas, crioulas, índias, mamelucas, mulatas, pardas, cabras, enfim, mulheres não brancas de todas as “qualidades” e “condições” não apenas povoaram vilas e arraiais mineiros setecentistas, mas foram muito mais além. Elas se transformaram, naquele contexto dinâmico, móbil, escravista, mestiço e conectado com regiões de todo mundo, em personagens ativas, legítimos agentes históricos, construtores daquele mundo, em todas as dimensões dele. Essas mulheres, por muitos anos, permaneceram ocultas nas histórias do Brasil que se contavam. A partir daí, os papéis de vítimas indefesas dos maus-tratos dos senhores brancos e cruéis foram problematizados e as pesquisas apresentaram realidades muito diferentes do que se conhecia. Essas mulheres, que permaneciam anônimas e cuja contribuição para a formação da sociedade colonial nem mesmo fazia parte dos temas historiográficos, passaram ao primeiro plano da cena colonial, e muito se reescreveu desde então (PAIVA, 2012, p. 22).

Proporcionar um olhar mais social e não tão “caridoso” a Luciana possibilita à historiografia, e à imagem da própria personagem, a oportunidade de tira-la da condição de mulher negra que se mantinha por de trás dos feitos e realizações de outrem. O fato de ela não estar presente nas atas do Asilo como mostra as fontes, não descaracteriza a sua participação ativa, que propunha a realização de uma

entidade que abrigava meninas desabastadas, conhecendo bem realidade daquela comunidade carente. Afinal, Luciana não era apenas a mulher que estudamos a partir de fontes documentais, retratada em textos, notícias de jornais – além de mulher negra, ela era mulher que vivia antes de Pelotas, com ensinamentos e heranças trazidas pelos seus ancestrais.

Considero que Luciana Lealdina de Araújo era, como tantas outras mulheres negras, alguém que pensava seu corpo no mundo, e também compreendia a realidade da qual pertencia, rompendo com a ideia de que suas ações eram exclusivamente caridosas. Com a finalidade de estabelecer um debate mais elaborado, o capítulo a seguir discutirá sobre a imagem de Luciana de Araújo enquanto mulher negra de resistência, tal como sua vida e ações sociais/caridosas nas cidades de Pelotas e Bagé.

3. CAPÍTULO II

3.1. Luciana Lealdina de Araújo: breve análise sobre as ações socias e caridosas de "Mãe preta, "Mãe Luciana"

Pensar em vidas e trajetórias de mulheres negras dentro do período escravista e pós-abolição requer uma análise composta por sensibilidade e indagações. A possibilidade da mulher negra se tornar protagonista de sua própria história é algo concebido pela historiografia a pouquíssimo tempo. Mesmo sendo alicerce de muitas sociedades, a vida das mulheres negras, bem como o recorte de gênero, é pouco proposta, causando uma carência nas pesquisas sobre o período escravagista e abolicionista. Na coletânea de artigos do livro *Mulheres Negras no Brasil escravagista e pós-emancipação*, as autoras(es) Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flávio Gomes[10] sintetizam a carência de pesquisas relacionadas a tal temática:

> Donas de *passados* e *presentes* atuais e verdadeiros, sólidos tal qual uma rocha, na historiografia sobre escravidão e pós- emancipação a mulheres negras são pouco abordadas como protagonistas das mais diversas histórias [...] encobertas pelas hierarquias de gênero e raça (XAVIER, FARIAS, GOMES, 2012, p. 10).

Tal exposto sinaliza a importância de um debate historiográfico sobre a análise de trajetórias femininas negras, contribuindo para o destaque de personagens que tiveram pouco evidência na história. A filosofa Angela Davis, em seu livro *Mulheres, Raça e Classe* sustenta a concepção de que mulheres negras, num contexto estadunidense, estavam se organizando já em meados do século XIX, pensando em espaços por elas criados como forma de reivindicação e autoproteção:

---

[10] Drª Giovana Xavier da Conceição Nascimento – Doutora em História Social pela Universidade de Campinas
Drª Juliana Barreto Farias – Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo
Dr. Flávio Gomes – Doutor em História Social pela Universidade de Campinas

> As experiências de organizações de mulheres negras remontam o período pré-Guerra civil e, como suas irmãs brancas, elas participavam de sociedades literárias e organizações beneficentes. Seus esforços principais durante aquele período estavam relacionados à causa antiescravagista. Entretanto, ao contrário das mulheres brancas, que também se uniram a campanha abolicionista, as mulheres negras eram motivadas menos por preocupações com a caridade ou por princípios morais gerais do que pelas necessidades palpáveis de sobrevivência de seu povo. Os anos 1890 foram os mais difíceis para a população negra desde a abolição da escravatura, e as mulheres se sentiam naturalmente obrigadas à se juntarem a luta de resistência de seu povo. Foi em reação à desenfreada onda de linchamentos e o abuso sexual indiscriminado de mulheres negras que as primeiras associações de mulheres negras foram estabelecidas (DAVIS, 2016, p. 134).

Dada seguinte informação, abordarei brevemente sobre a trajetória da personagem escolhida para a pesquisa e escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso, analisando suas atuações caridosas e sociais, refletindo sobre como essas práticas se desenvolveram nas entidades das quais Luciana esteve inserida durante sua moradia nas cidades de Pelotas e, posteriormente, Bagé.

Luciana Lealdina de Araújo, conhecida como “Mãe Preta” em Pelotas, e “Mãe Luciana” em Bagé, nasceu no dia 13 de junho de 1870 na cidade de Porto Alegre. Filha de mãe escravizada (da qual não temos mais registros ou documentação) e pai escravizado chamado Napoleão Fernandes de Araújo[11]. Sobre com quantos anos Luciana se mudou de Porto Alegre também não há documentações que confirmem a idade exata, porém, podemos estimar que a mudança ocorreu já na idade adulta, entre vinte e trinta anos. Essa estimativa se dá perante análise dos anos que Luciana de Araújo esteve em cada instituição que atuou até a data de seu falecimento, na cidade de Bagé.

[11] Informação que consta no livro de Registros de Sepultamento do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé.

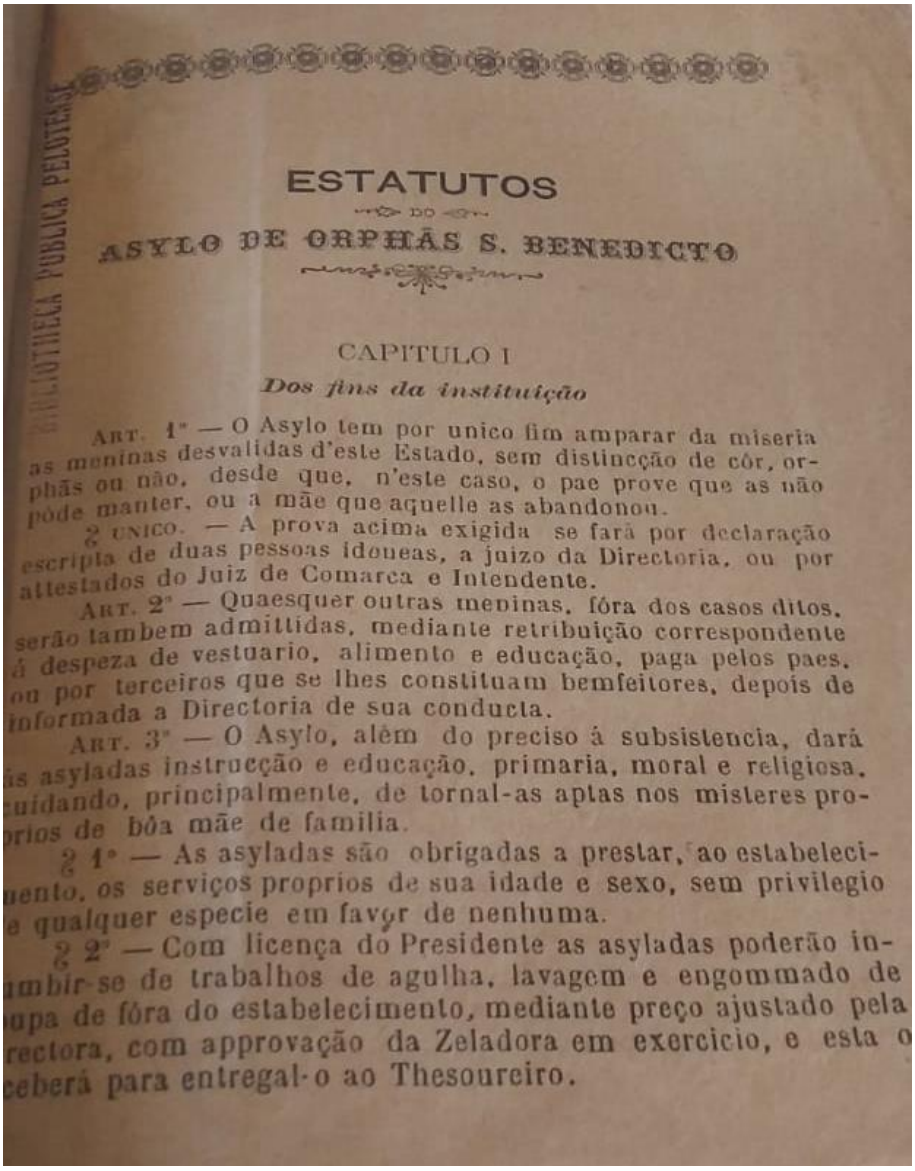
Figura 2 - Luciana Lealdina de Araújo
Fonte: Acervo Instituto São Benedito.

Não existem dados que mostrem com exatidão o ano em que Luciana chegou em Pelotas, nem se veio acompanhada por alguém. A única informação que temos, por relatos orais, é que ela chegou na cidade acometida pela tuberculose e fez uma promessa de que, caso fosse curada, ergueria um espaço que acolhesse meninas desassistidas que precisasse de amparos. Todos os relatos orais que constam nessa pesquisa foram fornecidos pela Irmã Assunta, uma das colaboras mais antigas do Instituto São Benedito. Irmã Assunta trabalha no Instituto desde a década de 1950; em um dos relatos a irmã narra (27/12/2013) como provavelmente aconteceu o processo de alfabetização de Luciana:

> [...] aprendeu a ler e escrever com os filhos dos senhores porque ela cuidava dos estudos dos meninos dos senhores e cuidando do estudo ela aprendeu a ler e escrever e ela lembrava as negrinhas nunca tinham direito de aula e ela sentia isso ela disse: “eu vou ainda fundar uma casa para poder ensinar a ler e escrever para essas crianças”.

Tal relato trazido pela Irmã Assunta proporciona uma reflexão importante sobre como a imagem de Luciana foi construída pelos jornais e periódicos da época, reproduzindo a imagem de uma mulher bastante religiosa e de que suas ações eram exclusivamente pautadas por sua fé e boa vontade, descaracterizando sua capacidade de compreensão sobre a realidade que as crianças negras enfrentavam naquele período. A partir desta narrativa, trago a hipótese de Luciana Lealdina de Araújo ter se comovido com a situação das crianças negras da cidade. Notando a precariedade educacional que esses jovens passavam, e por ter consciência do quanto a educação era um fator importante para inclusão social, Lealdina usou a caridade e a religiosidade como fio condutor para que seus propósitos fossem alcançados, e o mesmo aconteceu com as alianças estabelecidas com José da Silva Santos, Juvenal Augusto da Silva, Rodolfo Xavier e todos os outros intelectuais negros que fizeram parte da direção inicial do *Asilo São Benedito*. Mesmo que seja pouco provável que Luciana estivesse diretamente vinculada à diretoria, não cabe a pesquisa aqui realizada inferiorizar suas ações, atribuindo menos importância social.

Antes de Luciana de Araújo conseguir estabelecer laços para construir a diretoria do *Asilo São Benedito*, segundo Irmã Assunta, Lealdina se instalou numa casinha simples acompanhada por mais seis meninas, para às quais Luciana dava total suporte. Apenas depois de certo período Luciana conseguiu se realocar em um espaço onde pudesse acomodar outras meninas. (CALDEIRA, 2014). Como é apontado no documento a seguir, o primeiro Estatuto do Asilo São Benedito, de 1902, menciona sobre os fins da instituição, e reporta-se aos seguintes critérios:



BIBLIOTHECA PUBLICA PELOTENSE

ESTATUTOS

DO

ASYLO DE ORPHÃS S. BENEDICTO

CAPITULO I

Dos fins da instituição

ART. 1° — O Asylo tem por unico fim amparar da miseria as meninas desvalidas d'este Estado, sem distincção de côr, orphãs ou não, desde que, n'este caso, o pae prove que as não póde manter, ou a mãe que aquelle as abandonou.

§ UNICO. — A prova acima exigida se fará por declaração escripta de duas pessoas idoneas, a juizo da Directoria, ou por attestados do Juiz de Comarca e Intendente.

ART. 2° — Quaesquer outras meninas, fóra dos casos ditos, serão tambem admittidas, mediante retribuição correspondente á despeza de vestuario, alimento e educação, paga pelos paes, ou por terceiros que se lhes constituam bemfeitores, depois de informada a Directoria de sua conducta.

ART. 3° — O Asylo, além do preciso á subsistencia, dará ás asyladas instrucção e educação, primaria, moral e religiosa, cuidando, principalmente, de tornal-as aptas nos misteres proprios de bôa mãe de familia.

§ 1° — As asyladas são obrigadas a prestar, ao estabelecimento, os serviços proprios de sua idade e sexo, sem privilegio de qualquer especie em favor de nenhuma.

§ 2° — Com licença do Presidente as asyladas poderão incumbir-se de trabalhos de agulha, lavagem e engommado de roupa de fóra do estabelecimento, mediante preço ajustado pela Directora, com approvação da Zeladora em exercicio, e esta o receberá para entregal-o ao Thesoureiro.

Figura 3 - Estatuto do Asilo São Benedito de 1902.
Fonte: Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense.

Dentre essas finalidades que o Asilo considerava pertinente seguir em seu regimento interno, vale a pena destacar a questão de o abrigo “não fazer distinção de cor”. O posicionamento da Instituição em acolher tanto meninas negras quanto não-negras, estava relacionado à uma política característica de espaços religiosos, que não faziam distinção de cor para que a caridade seja feita; entretanto, considero relevante repensar o *Asilo de Órfãos São Benedito* dentro daquele período. Para estabelecer este debate trago uma foto que considero bastante significativa para a história do Instituto, tanto quanto para a análise da trajetória de Luciana:

Figura - 4: Luciana de Araújo e as primeiras órfãs de Asilo de Órfãs São Benedito.
Fonte: Acervo Instituto São Benedito.

Essa é uma das primeiras fotos de Mãe Preta com as primeiras meninas abrigadas pelo Asilo. A discussão que pretendo fazer a partir desta foto é relativa ao número de meninas negras que constam na imagem. Apesar do estatuto de 1902 determinar que a instituição recebia meninas desamparadas, sem fazer diferenciação de cor, a foto nos mostra o contrário. Isso não quer dizer que as normas do Estatuto eram contraditórias, mas que o fato de Pelotas ser uma cidade com um grande número de pessoas negras, por conta da mão de obra escravizada existente nas charqueadas, fazia com que este espaço tivesse majoritariamente meninas negras. É necessário fazer um recorte racial e questionarmos quem eram essas meninas que ficavam desamparadas, às margens da sociedade. CALDEIRA (2014) considera a possibilidade de Luciana ter se mudado para Pelotas justamente pelo número de crianças abandonas. A autora relata:

> Os motivos que levaram Luciana a deixar Porto Alegre e mudar-se para Pelotas estavam relacionados com o trabalho dos negros nas charqueadas, pela alta mortalidade desses negros e pelo contingente de crianças negras que ficaram órfãs, filhas desses trabalhadores (CALDEIRA, 2014, pg. 147).

A verificação da foto abre margem para outro pressuposto, a de que o *Asilo de Órfãs São Benedito* era um espaço racializado[12] nos seus primeiros anos. Conforme OLIVEIRA (2011) reflete, a racialização de espaços em Pelotas estava presente em muitas entidades criadas por negros e para negros. Assim como as irmandades, associações e clubes, o Asilo São Benedito também era uma entidade protagonizada por indivíduos negros. A historiadora Fernanda Oliveira em sua dissertação de mestrado usa um temo chamado "racialização positiva", que nada mais era que a positivação de espaços negros. Atribuindo uma visão positiva para essas organizações, os negros(as) obtinham uma maior garantia de serem respeitados pela sociedade pelotense da época. Deste modo, as ações caridosas do Asilo São Benedito, proporcionadas predominantemente para meninas negras, era uma forma de positivar aquele espaço.

No mesmo Estatuto averiguado sobre a diretoria do Asilo consta o nome de Luciana como Benfeitora. Era essa a função que estava atribuída a ela em documento. As atividades exercidas por Mãe Preta em Pelotas foram breves. As documentações mostram que Luciana permaneceu no munícipio apenas até 1908, saindo desse com três filhas adotivas chamadas Avelina, Alice e Julieta (CALDEIRA, 2014).

Não existe nenhum indício concreto sobre o que motivou Mãe Preta a sair de Pelotas e se mudar para Bagé, porém, existem dois fatores que podem ser analisados. O primeiro é a possibilidade de Luciana ter se afastado do Asilo por não poder mais exercer suas obras caridosas, afinal, a diretoria da entidade mudara poucos anos depois de sua fundação. Um trecho de uma reportagem do jornal *A Alvorada* (07/05/1933) retrata a saída de Mãe Preta da seguinte forma:

> "...tendo levado a feito sua missão e fundado o Asilo S. Benedicto de Pelotas, e ainda sob *espinho e ingratidões*, rotas as sandálias a palmilhar sarcasmos de uns motejos incrédulos de outros, ei-la a caminho de Bagé"

A segunda possibilidade está ligada às mudanças do contexto social que a cidade de Pelotas vivia. Beatriz Ana Loner e Lorena Gill comentam a respeito:

> Entretanto, ao final da década de 1910, evoluindo rapidamente nas décadas seguintes, houve uma reorientação das entidades, que abandonaram seu caráter de representação, o mutualismo e os objetivos educacionais, para dedicarem-se principalmente as questões de sociabilidade e recreação, com

[12] Conceito debatido pela historiadora Fernanda Oliveira em sua Dissertação de mestrado.

> o início do desenvolvimento dos clubes carnavalescos negros da cidade. (LONER, GILL, 2007, pg. 7)

Esse novo movimento apontado por Loner e Giil não era uma característica exclusiva de Pelotas, existiam outras cidades nas quais os grupos negros se articulavam em busca de novos tipos de organização. A necessidade de se inserirem em questões políticas neste momento se tornava mais necessário. Esse é um fato bastante plausível para o deslocamento de Luciana para Bagé, afinal, a diretoria inicial que ajudara Luciana no começo da instituição logo saiu, criando outros espaços associativistas de cunho político como o jornal *A Alvora*, por exemplo. Mesmo que, por algum desses fatores, Luciana não pudesse mais permanecer em Pelotas, suas obras sociais e caridosas continuaram sendo feitas na cidade de Bagé. A historiadora Wlamyra Albuquerque, no livro *A História do Negro no Brasi*, relata que a criação de irmandades, bem como a pratica de caridade e ações benevolentes reforçava o laço de solidariedade entre os negros(as), ao mesmo tempo em que remetiam a aspectos familiares constituídos ainda no continente africano. Essas experiências vividas com negros africanos, e praticada pelos seus descendentes, pode explicar o motivo de existirem tantas irmandades negras e como estes espaços se tornaram locais de comunhão e afeto (ALBUQUERQUE, 2006). Neste sentido, pensando nas práticas caridosas de Luciana, essa mulher negra, portanto, não se propunha apenas em fazer caridade, mas também notava o quanto era necessário para essas crianças negras um laço familiar, com sentimentos de afeição.

3.2. Mãe Luciana em Bagé

A chegada de Mãe Luciana (como era carinhosamente conhecida na cidade de Bagé), no ano de 1908, foi noticiada da seguinte forma pelo jornal *Correio do Sul* (27/06/1947) em uma homenagem feita posteriormente:

> Num desses dias que correm normalmente, às 17 horas e 30 minutos, pelo trem vindo do litoral, no ano de 1908, chegava a esta cidade, incógnita, a parda Luciana Lealdina de Araújo. Ninguém a esperava, para nós eram desconhecidas as suas virtuosas credenciais. Na estação local não havia flores, nem música, nem foguetes, nem mesmo pessoa alguma, aguardando a grande alma que passaria a conviver conosco. Trazia a boa a boa Luciana, o que poucos conheciam, um coração repleto de sublimes virtudes evangélicas; acompanhava-a um nobre ideal: o firme propósito de fundar o *Orfanato São Benedito*, a exemplo do que já havia feito na cidade de Pelotas. Sua bagagem contava de pouca roupa, muitas imagens de santo em medalhas – de metal- e em papel, e três meninas por ela crianças, a Alice, a Avelina e a Julieta.

Segundo o autor Claudio Lemieszek em seu texto *Bagé – Novos relatos de sua história*, a cidade de Bagé ainda não possuía nenhum espaço com caráter beneficente, Lemieszek relata:

> O ano de 1909 foi pródigo em obras assistências aos desvalidos de Bagé. Em um só ano, tivemos a felicidade de ver fundados dois asilos nessa cidade que até então, não possuía nenhuma outra instituição de caridade, exceto a Santa Casa (LEMIESZEK, 2000, pg. 3).

Conforme o jornal *Correio do Povo* relata (27/6/1947) Luciana ao chegar se hospedou num pequeno hotel localizado na Praça da Estação. Nos primeiros anos de sua estadia em Bagé, Luciana e suas filhas se sustentavam com a venda de doces aos passageiros que desembarcavam dos trens da cidade. Essas ações fizeram com que conseguisse a ajuda de uma importante personalidade da "Rainha da Fronteira", o Monsenhor Contábile Hipótilo. Dessa parceria surgiu a oportunidade de Mãe Luciana fundar o *Orfanato São Benedito* (FAGUNDES, 2005; ROTERMUND, 1981). Diferente do Asilo localizado em Pelotas, o *Orfanato São Benedito* acolhia meninas e meninos carentes. Ao que tudo indica, o jornal *A Alvorada* transmitia informações sobre os acontecimentos da cidade de Bagé. Na edição 7 de maio de 1933 o jornal reeditou a ata de fundação do *Orfanato São Benedito*:

> <<Acta Official. Da fundação do orphanato <<São Benedicto>>, de Bagé. Sua fundação, fins do mesmo orfhanato e estatutos aprovados e devidamente legalisados pelas autoridades competentes: Ildefonso Ribeiro, serventuario de Justiça do officio de Notario do 2º Cartorio e Official provisorio do registro Especial, desta cidade. Certifico por me ser verbalmente pedido que revendo o livro sob o n. 1 de registro e titulos, documentos e outros papeis, nelle de folhas vinte e sete, a vinte e sete verso, se encontra o registro do documento pedido, cujo teôr <<verbo adverbun>> é o seguinte: Número de ordem quarenta e dois. Mez outubro dia dezenove – registro duma acta da fundação do Orphanato S. Benedicto, nesta cidade, extrahida da primeira folha, de um livro apresentado pelo rvmo. Costabile Hyppolito – Acta da fundação do Orphanato S. Benedicto. No dia 1º de setembro de 1909 (mil novecentos e nove) dia de N. S. da Consolação, depois de invocar o SSmo. Nome de Deus, e Sagrado Coração de Jesus, tendo celebrado a Sta. Missa assistida por muitos fieis, cuja nota abaixo enumera, a pedido duma pobre e modesta mulher de côr, Luciana Lealdina de Araujo, natural da cidade de Porto Alegre, lancei a benção e fundei o Orphanato S. Benedicto, destinado ao amparo das crianças desvalidas, especialmente ligada a Parochia de S. Sebastião de Bagé, e sob a direcção do Revmº. sr. Vigario, no que diz respeito a parte material do edificio e seus pertences, ficando entretanto, entregue a fiscalização e direcção Interna sob vigilancia de sua benemerita iniciadora Luciana Lealdina de Araujo, que prestou compromisso, sobre os Santos Evangelhos, de nada resolver, mesmo na ordem interna da casa, sem ouvir seu director espiritual, o Rvmo. sr. Vigario da Parochia. Como recompensa á sua nobre iniciativa e trabalho, foi-lhe por mim conferido o titulo de benemerita fundadora, esperando, ainda, muito de sua abnegação e trabalho, assim como do valioso amparo da caridade da bemfazeja população de Bagé, que

> sempre carinhosa e fartamente, tem sabido corresponder às humanitarias obras que florecem neste abençoado recanto de nosso querido Brasil. Bagé, 1º de Setembro de 1909. Costabile Hyppolito, Viagario de Bagé. Tenente coronel Oscar Salis, Martim Silveira. Pedro A. Cunha. Jorge Reis – Advogado. Geraldo da Silva Soares – Advogado. João Fileto Corrêa. Viariato Azambuja. Reconheço verdadeiras, as 8 assignaturas, que ficam ao lado de si (A ALVORADA, 07/05/1933).

Ao que consta em ata, a responsável pela diretoria interna do Orfanato era Luciana, da qual estava comprometida em prestar contas ao Monsenhor Hipólito. Além de ser responsável pelas questões internas da instituição, também era responsável em realizar a arrecadação de mantimentos para a instituição. O primeiro espaço em que o Orfanato abrigou as crianças estava situado na Praça Duque de Caxias:

Figura 5 - Antigo sobrado onde foi a primeira sede do Orfanato São Benedito
Fonte: Fagundes (2005)

Durante pouco tempo o orfanato funcionou nessa sede, por conta do espaço pequeno que não comportava mais a quantidade de crianças que Mãe Luciana

acolhia. Porém, depois de certo tempo, por meio de uma doação, o *Orfanato São Benedito* foi presenteado com um novo prédio, mais espaçoso e capaz de abrigar um maior número de crianças órfãs. Nesse mesmo prédio hoje funciona o Educandário São Benedito (CALDEIRA, 2014).

Figura 6 - Orphanato São Benedito – Bagé
Fonte: Acervo Bibliotheca Pública Pelotense

A figura 6 é a única com que tive contato e que retratava Luciana com as crianças que ela tutelava em Bagé. A imagem foi publicada na revista *Illustração Pelotense* catalogada como n° 8 de 1919. Pela má qualidade da fotografia, fica difícil de definir quem seria Luciana entre as outras mulheres na foto. Algo interessante de ser apontado é a possível ajuda que Mãe Luciana teve durante sua atuação no Orfanato São Benedito; Florentina Ferreira foi companheira de Luciana durante algum tempo em suas peregrinações:

> Envelhecida de tantas lutas e aflições, Mãe Luciana passou a ter o concurso de uma preta baixinha, gorducha, cabelos encarapinhados, formando como que uma touca, sem encostar nas orelhas, pernas em arco, exageradamente tortas, irmã direta do mesmo ideal, passou a ser a sombra de Mãe Luciana, sempre ao seu lado, solicita e dedicada, como ninguém. Florentina Ferreira, parceira incansável na manutenção do Orfanato São Benedito (CORREIO DO SUL, 30/04/1978).

Florentina esteve junta de Luciana de Araújo até o momento de sua morte, auxiliando-a em todas as tarefas do Orfanato, assim como na arrecadação de

mantimentos e dinheiros destinados à instituição. Após certo tempo, cansada e debilitada pela idade que avançava, Mãe Luciana resolve passar a diretoria para os cuidados das religiosas do *Puríssimo Coração de Maria*, mesma congregação que se tornou responsável pelos cuidados do Asilo São Benedito em 1912 (CALDEIRA, 2014). O jornal bajeense *O Dever* (4/7/1919) noticia o acontecimento:

> Esta pia instituição acaba de entrar em uma nova phase de organisação que vem coroar, por completo, os fins para que por mão caridosa, foi fundado. As humildes e desamparadas criancinhas que alli estão e as que para o futuro forem recolhidas, receberão além de maior conforto, educação religiosa e domestica, de modo a prepara lãs para as luctas da vida [...] A população de Bagé, de há muito tem em merecida conta o Orphanato São Benedicto e cioso seria numerar as pessoas desta cidade que a elle tem dado seu appoio moral e material. Porem a tarefa não está terminada, ella é dessas que requer continuo appoio de todos, para que não soffra solução de continuidade e não baqueie a feliz obra que Luciana, a benemérita fundadora, com seu grande coração lançou o nosso meio social. Agora, graças a acção do exmº. Sr. Bispo a pedido do sr. Vigário Costabile e Luciana foi o Orphanato São Benecdito entregue aos cuidados e direcção da ordem religiosa <<Puríssimo Coração de Maria>> que além de muitos estabelecimentos de educação espalhados pelos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul [...] Fácil é comprehender que o Orphanato São Benedicto entre as Irmans, de Ordem Puríssimo Coração de Maria como está, torna-se uma instituição de completa utilidade pública, porque nelle as humildes crianças que vem ao mundo sem amparo, receberão conforto e educação que só as incansáveis Irmans religiosas sabem dar e dispensar aos que necessitam.

É importante ressaltar que, mesmo sendo religiosa e crente de suas convicções, Luciana não fazia parte de nenhuma congregação ou instituição religiosa, afinal, não existe nenhuma fonte que dialogue sobre essa informação. Todas as ações sociais e caridosas feitas por ela eram realizadas de maneira autônoma, movida por um senso de coletividade que ultrapassava as práticas católicas. Infelizmente, pouco foram os dados e fontes sobre essa nobre senhora, uma mulher que fazia de sua caridade suporte social para que jovens negros(as) fossem auxiliados e tivessem uma vida digna, longe das ruas, e desamparadas apenas por serem negras. Na cidade de Bagé, ela teve a oportunidade de dar continuidade num projeto que almejou durante toda sua vida.

Depois deixar a diretoria do Orfanato Mãe Luciana permaneceu morando em uma casinha na parte de trás desse até sua morte, no dia 27 de novembro de 1930, às 8 horas. Seu sepultamento foi no dia 28 às 10 horas e 30 minutos.

Figura 7 - Túmulo de Luciana de Araújo Figura 16:
Fonte: CALDEIRA (2014)

4. Considerações finais

Essa personagem foi a primeira mulher negra em Pelotas e Bagé, da qual temos indícios, que protagonizou ações de caridade para a comunidade desamparada do século XX. Os estudos sobre a feminização da caridade (MARTINS, 2015) ainda é um campo em debate, havendo a necessidade de realizar um recorte racial. A prática da caridade entre mulheres brancas, significava possibilidade de destaque social, bem como o desenvolvimento de debates pertinentes às demandas femininas. Em contraponto, a mulher negra estava em busca de outras necessidades pertinentes à sua sobrevivência; questões como a desigualdade racial, a segregação de seus corpos e o direito à constituição de uma família eram pautas exclusivas das mulheres negras. Angela Davis trás o contexto da mulher estadunidense, que nesse caso não se distancia da realidade das mulheres brasileiras:

> Nós próprias somos diariamente impedidas e oprimidas na corrida da vida; nós sabemos que todas as oportunidades de avanço, de paz e felicidade nos serão negadas [...] os homens e mulheres cristãos recusam absolutamente[…] em abrir as suas igrejas para nós [...] as nossas crianças […] são consideradas legítimas presas para insultos […] As nossas jovens podem a qualquer altura ser atacadas para dentro de vagões fétidos e sujos, e, não importa quais são as suas necessidades, podem ser privadas de comida e abrigo (DAVIS, 2016, p. 138).

Com essa análise é possível notar que a desigualdade social e caridosa entre mulheres negras e não-negras existe. Deste modo, o estudo realizado sobre a trajetória de Luciana se faz necessário para que o debate sobre racialização de práticas como a caridade seja ampliado.

A fundação do Asilo São Benedito, além de representar um marco na cidade por um viés religioso, também se tornou um marco social. O Asilo nos seus primeiros anos era dirigido e idealizado por pessoas negras e para pessoas negras, tornando-se um espaço de associativismo negro como os Clubes, os Blocos Carnavalescos e as Entidades Mutualistas. Ter uma entidade de amparo multou para a população negra significava racializar a caridade, bem como os espaços que praticavam boações. A racialização positivação desses ambientes atribuía um aspecto de “genuidade” para as atividades realizadas por esses locais, trazendo a possibilidade de o negro ter autonomia sobre suas próprias demandas na sociedade (OLIVEIRA, 2011).

Luciana Lealdina de Araújo, “Mãe Preta”, “Mãe Luciana”, era sem sombra de dúvidas mulher forte e obstinada. Trazer um caráter social, retirando-a da condição de mulher caridosa (que também era), permite que a potência desta mulher negra seja compreendida, percebida e lembrada. As ações caridosas de Luciana possibilitaram que muitas crianças negras de Pelotas e Bagé sobrevivessem e tivessem a possibilidade educação, comida e um teto para dormir. Mãe Preta foi de fato mãe de centenas de crianças negras que, rejeitadas por uma sociedade racista, não tinham oportunidades de crescimento social, amparo e amor. Analisar a trajetória dessa personagem dentro do pós-abolição é de grande valia, pois, ainda se sabe pouco sobre a vida e feitos de negras na cidade de Pelotas, local que vivi durante bom tempo da minha graduação.

Suas ações diziam muito sobre quem ela era. Mesmo dentro de um tempo onde negras estavam obstinadas a se calar, Luciana de Araújo falou. Djamila Ribeiro em seu livro *O que é lugar de fala?* Compartilha um pensamento da intelectual negra Grada Kilomba:

> Dentro deste projeto de colonização quem foram os sujeitos autorizados a falar? O medo imposto por aqueles que construíram as máscaras serve para impor limites aos que foram silenciados? Falar, muitas vezes, implica em receber castigos e represálias, justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? [..] Saberes construídos fora do espaço acadêmico são considerados saberes? Kilomba nos incita a pensar sobre quais são os limites impostos dentro dessa lógica colonial e nos faz refletir sobre as consequências da imposição da máscara do silêncio (RIBEIRO, 2017, p 79).

Trago essa reflexão como convite para pensar sobre o que pessoas negras podem falar diante de uma sociedade desigual, que as silencia. Luciana de Araújo falou – e com sua fala e ação possibilitou que a realidade de inúmeras vidas fosse diferente. O estudo sobre trajetórias de mulheres negras ainda é um campo recente dentro da historiografia. Porém, novas pesquisas estão surgindo, contribuindo para a expansão desta temática. Analisar a vida de Luciana permitiu que eu compreendesse um pouco mais sobre mim mesma enquanto mulher negra. Sorrisos e lágrimas se misturaram muitas vezes ao longo desta pesquisa. As lágrimas vinham por saber que vivemos num país que o genocídio do povo negro é realidade dolorosa. Porém, os sorrisos surgiam pela certeza que ainda estou aqui, e ainda resisto!

Finalizo minha escrita com um poema de Conceição Evaristo sobre a possibilidade de mudança das vidas negras:

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

Vozes mulheres;
Conceição Evaristo

Referências

CALDEIRA, Jeane dos Santos. **O Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX) trajetória educativa – institucional**. 2014. 249.f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

COSTA, Valéria G. Mônica da Costa e Teresa de Jesus: africanas libertas, *status* e redes sociais no Recife oitocentista. In: XAVIER, G; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio. (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 98-111.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

DOMINGUES, Petronio. “Um desejo infinito de vencer”, o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi,** Santa Catarina, v.12, n. 23, pg. 118-139, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. 122 p.

GILL, Lorena; LONER, Beatriz Ana. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. In: **A família Silva Santos e outros escritos**: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019. p. 179-196.

KARASCH, Mary. Rainhas e juízas: as negras nas irmandades dos pretos no Brasil central (1772-1860). In: _____. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 52-66.

LEMIESZEK, Cláudio. **Bagé, novos relatos de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000. 141 p.

LONER, Beatriz Ana. Gerações e conjunturas: a família Silva Santos. In: GILL, Lorena; KOSCHIER, Paulo Luiz Crizel. (Org.). **A família Silva Santos e outros escritos**: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019. p. 23-38.

_____. Experiências e vivências de ex-escravos urbanos na sociedade do trabalho livre: trajetórias (in)comuns. In: _____. **A família Silva Santos e outros escritos**: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019. p. 123-135.

MARTINS, A. P. V. A feminilização da filantropia. **Genero**, Paraná, v.15, n.2, p. 13-28, 2015.

XAVIER, G; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio. (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 297-313

OLIVEIRA, Fernanda de. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o intrelaçamento: associações e entidades negras em Pelotas (1820-1943)**. 2011. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flavio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: _____.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 114 p.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 148 p.

SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé/RS no pós-abolição: imprensa, carnaval e clubes sociais negros na fronteira sul do Brasil 1913-1980**. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

XAVIER, G; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. 319 p.